

Para jornal inglês, o acordo do Brasil pode não dar certo

JOSÉ CARLOS SANTANA**14 JUL 1992****ESTADO DE SÃO PAULO**

LONDRES — O jornal Financial Times, no editorial de ontem, sob título "Não a todo custo", salienta o ceticismo e a falta de entusiasmo de financistas britânicos com relação ao acordo de princípios entre o Brasil e os bancos particulares. O jornal considera muito altos os riscos de não se chegar a um acordo final ou de o País não cumpri-lo, o que complicaria a situação dos 600 bancos envolvidos. Para o Financial Times, o Brasil se diferencia dos países que acertaram suas dívidas dentro do Plano Brady porque as reformas econômicas brasileiras são mais sujeitas a reversão, a inflação no País é mais alta e é fraco o controle do governo sobre suas finanças. "Em nenhum outro lugar o domínio do poder pelo governo é tão frágil."

Estas observações, assinala o texto, são de financistas britânicos e representantes de bancos internacionais em Londres. Embora sem otimismo, eles consideram satisfatórios os termos do acordo para o Brasil e para os credores, diz o jornal.

"Ainda há um longo caminho a percorrer", disse ao Estado um dos porta-vozes do Midland Bank. "Por enquanto, não há muito o que comemorar." O excesso de cautela é atribuído pelo editorial ao descumprimento pelo Brasil de compromissos anteriores. "O acordo de reestruturação da dívida firmado em 1988 durou menos de um ano."

A maior vantagem para o Brasil, segundo o editorial, pode ser a melhoria das condições de retorno ao mercado financeiro internacional. Para os bancos, a possibilidade de transformar débitos em títulos de negociação mais fácil.

O Financial Times ressalta, contudo, que acordos dentro do Plano Brady são mais difíceis de ser renegociados. Por isso, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial deveriam resistir "a pressões políticas para seu apoio, se sentirem faltar condições ao Brasil para o cumprimento do estabelecido".

"Esse acordo não deveria ser complementado a todo custo; um negócio condenado ao colapso seria pior do que negócio nenhum", conclui o editorial.